



IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO  
SOCIAL:DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS IV  
CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

(Território, Planejamento, Desenvolvimento e Conflito)

## A territorialização da fome e pobreza em Congonhinhas – PR

## The hunger and poverty territorialization in Congonhinhas -PR

Leandra Eduarda Fabri Rezende<sup>1</sup>  
Ana Julia Oliveira de Mello<sup>2</sup>  
Vanessa Maria Ludka<sup>3</sup>  
Sérgio Augusto Pereira<sup>4</sup>

**Resumo:** A problemática da fome não é atual, mas a urgência para que seja solucionada se faz cada vez mais presente na atualidade. O presente estudo tem como objetivo apresentar a territorialização da pobreza e da fome no município de Congonhinhas - PR. A metodologia adotada foi pautada em pesquisas bibliográficas e pesquisas em órgãos governamentais, dentre eles o Ministério da Cidadania, entre outros, tendo como recorte espacial o município de Congonhinhas - PR. Ao analisar os dados em conjunto, foi possível compreender que a territorialização da fome ocorre no município pelos vieses econômicos, sociais, culturais, entre outros.

**Palavras-chave:** Território. Políticas Públicas. Insegurança alimentar. Miséria.

**Abstract:** The hunger issue isn't current, although the urgency to solve it is increasingly present today. The current study aims to present the poverty and hunger territorialization in Congonhinhas - PR. The methodology adopted was based on bibliographic research, as well as in government agencies researches, among them the Ministry of Citizenship, and others, having the municipality of Congonhinhas - PR as a spatial cut. By analyzing all the data together, it was possible to understand that the hunger territorialization occurs in the municipality due to economic, social, cultural biases, among others.

**Keywords:** Territory. Public policy. Food insecurity. Misery.

### 1 INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup>Acadêmica do Curso de Licenciatura em Geografia - UENP. Bolsista PIBIC - CNPq. Integrante do grupo de pesquisa GEOFOME. E-mail: [lefabrizende@gmail.com](mailto:lefabrizende@gmail.com)

<sup>2</sup>Acadêmica do Curso de Licenciatura em Geografia - UENP. Bolsista PIBIS- Fundação Araucária. Integrante do grupo de pesquisa GEOFOME. E-mail: [anajuliaoliveiramello@gmail.com](mailto:anajuliaoliveiramello@gmail.com)

<sup>3</sup>Professora do curso de Licenciatura em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Ensino-PPGEN da Universidade Estadual do Norte do Paraná. Coordenadora e Pesquisadora do Grupo de pesquisa GEOFOME. Doutora em Geografia. Email: [vanessaludka@uenp.edu.br](mailto:vanessaludka@uenp.edu.br)

<sup>4</sup>Professor de Geografia e Língua Portuguesa. Doutorando em Geografia na Universidade Estadual de Londrina. Integrante do grupo de pesquisa GEOFOME. Email: [sergioaugustopereira018@gmail.com](mailto:sergioaugustopereira018@gmail.com).



Desde o surgimento do mundo, a terra é sinônimo de poder, quanto mais terra um indivíduo possui mais poder ele detém. O poder tem como objetivo controlar e dominar os homens, a população por sua vez está na origem de todo poder, nela está envolvida as capacidades virtuais de transformação, o território é caracterizado como a cena do poder e o espaço de todas as relações (RAFFESTIN, 1993). O fenômeno da fome ocorre dentro de um determinado território e assim como ele, a fome também é poder, o mundo é controlado por um sistema que visa primordialmente o capital, nesse sentido, só come aquele que tem o poder de compra.

Santos (2009) salientou que a pobreza não está somente ligada a um problema econômico, mas, acima de tudo, a um problema político e social, a pobreza e a fome andam lado a lado, ambas são fenômenos causados pelo sistema capitalista. “Nosso sistema econômico só reconhece e atende o apetite de quem possui o bolso cheio, não o de quem está com a barriga vazia. O mercado só tem ouvidos para o tilintar do vil metal, nunca para o ronco surdo da fome” (ABRAMOVAY, 1986, p.75).

O presente estudo tem como objetivo analisar a territorialização da pobreza e da fome no município de Congonhinhas – PR. Esta análise foi realizada especialmente por meio da análise de dados do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família - PBF.

Metodologicamente, este artigo foi elaborado por meio de pesquisas bibliográficas e pesquisas em órgãos governamentais. O recorte espacial desta pesquisa é o município de Congonhinhas, localizado na região do Norte Pioneiro do estado do Paraná. Para fundamentar este estudo, foram utilizadas pesquisas bibliográficas pautadas em autores como: Raffestin (1993), Haesbaert (2004) e Santos (2021) para discussão do território; Ziegler (2013), Caparrós (2016) e Castro (2001) para discorrer sobre a fome; Sen (2010), Santos (2009) para discutir a pobreza, entre outros autores. Foi realizado o levantamento de dados e informações em órgãos governamentais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010; 2020), Ministério da Cidadania (2004 - 2020), entre outros.

Este artigo está dividido em dois momentos. No primeiro momento, discutiu-se os conceitos de territorialização da fome e da pobreza. No segundo momento, apresentou-se a fome e a pobreza no município de Congonhinhas-PR.

A fome é uma arma poderosa nas mãos daqueles que detém o poder, as guerras, as doenças, nenhuma calamidade matou mais gente do que a fome e ao mesmo tempo nenhuma praga é tão evitável como a fome. (CAPARRÓS, 2016). “A fome é, pois, e de longe, a principal causa de morte e desamparo em nosso planeta” (ZIEGLER, 2013, p.22). O município de Congonhinhas, localizado no Norte Pioneiro do estado do Paraná, assim como as demais localizações do globo terrestre, possui a fome expressa em seu território. Ao longo



do artigo serão expostos os níveis de pobreza, vulnerabilidade, entre outros dados econômicos e sociais que justificam tal afirmativa.

## 2 A TERRITORIALIZAÇÃO DA FOME E DA POBREZA: DISCUTINDO CONCEITOS

A palavra território origina-se do latim “territorium”, cujo significado corresponde a uma “grande área ou extensão de terra delimitada, parte da terra ou de uma terra sob jurisdição” (OXFORD LANGUAGES, 2022). Nessa perspectiva já é possível observar uma das múltiplas interpretações que o conceito de território possui na Geografia, sendo ela a noção política, na qual o território é concebido como sendo delimitado e controlado por um determinado poder que pode ou não ser relacionado ao poder político do Estado conforme aponta Haesbaert (2004).

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato é o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da resistência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. Um faz o outro, à maneira da célebre frase de Churchill: primeiro fazemos nossas casas, depois elas nos fazem... A ideia de tribo, povo, nação e, depois, de estado nacional decorre dessa relação tornada profunda (SANTOS, 2021, p. 113-114).

De acordo com Haesbaert (2004), existem outras vertentes sobre esse conceito chave da ciência geográfica que contribuem para que sua interpretação seja ainda mais profunda e holística, sendo elas: a vertente cultural que considera mais o aspecto simbólico do território; a vertente econômica que focaliza no território como fonte de recursos e está muito atrelada ao capital-trabalho; e também tem-se a vertente natural ou naturalista, tendo esta como foco de estudo e análise as relações entre sociedade e natureza no território.

Cada uma dessas noções analisa o território de uma forma peculiar, nesse sentido, ao unir essas diversas concepções, é possível chegar a uma perspectiva integradora do conceito, permitindo assim que sua compreensão seja mais holística. “O território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido” (HAESBAERT, 2004, p. 78).

A perspectiva integradora é aquela que realiza o compilado entre as distintas formas de estudar um fenômeno, e assim potencializa suas análises por extrair de cada vertente algo que lhe seja válido. Ademais, para o estudo da fome e da pobreza existente em determinado território também se faz importante uma visão integral no estudo de suas causas, consequências e de sua relação com o território nos múltiplos aspectos.



A problemática da fome, por exemplo, envolve questões políticas, econômicas, sociais, biológicas, entre outras, como já afirmava Melhem (1988) em sua obra "A fome: crise ou escândalo?", exigindo uma visão integradora dos fatores relacionados a ela. Além disso, existe uma grande diferença entre os tipos e origens da fome.

Conhecemos a fome, estamos habituados à fome: sentimos fome duas, três vezes por dia. Mas entre essa fome repetida, cotidiana, repetida e cotidianamente saciada que experimentamos, e a fome desesperadora daqueles que não podem mitigá-la, há um mundo. A fome tem sido, desde sempre, a razão de mudanças sociais, progressos técnicos, revoluções, contrarrevoluções. Nada teve mais influência na história da humanidade. Nenhuma doença, nenhuma guerra matou mais gente. No entanto, nenhuma praga é tão letal e, ao mesmo tempo, tão evitável quanto a fome. (CAPARRÓS, 2016, p. 11).

No século XXI, o sociólogo Jean Ziegler (2013) reforçou a diferenciação da fome pelo viés em que a problemática se manifesta nos aspectos que referem-se à estrutura que se dispõe para as pessoas que vivenciam tal condição e no aspecto mais visível de quando ocorre alguma catástrofe natural, sendo consideradas respectivamente fome estrutural e fome conjuntural. A Subalimentação também está relacionada à fome, pois ela resulta da falta de calorias, carência de vitaminas e sais minerais necessários para o funcionamento adequado do corpo humano. Ziegler (2013, p. 59) chamava a atenção para que:

[...] não nos esqueçamos de que a má nutrição, como a subalimentação, opera também na destruição psicológica. A falta de macro e de micronutrientes, com seu cortejo de doenças, produz, de fato, angústia, humilhação permanente, depressão e desespero em face do dia de amanhã.

A pobreza por sua vez antecede a fome, trata-se de uma situação preliminar onde a fome pode ou não ser a consequência mais extrema. No entanto, o conceito de pobreza partilha da mesma polissemia dos conceitos de território e fome, ela não corresponde apenas a um problema econômico como muito popularmente difundido pelo senso comum.

De acordo com Silva (2003, p. 50) a pobreza refere-se a um fenômeno estatístico, biológico e político, resultando posteriormente na "privação de cidadania", pois não considera apenas o atraso para obtenção de recursos alimentares, mas também a ausência desse sujeito ou sua vulnerabilidade nos cenários políticos e sociais.

Em conformidade com Castro (2001, p. 32), a fome corresponde a "[...] um fenômeno geograficamente universal, não havendo nenhum continente que escape à sua ação nefasta.", ou seja, ela não se restringe às fronteiras geográficas, políticas, sociais, entre tantas outras que constituem um território. No entanto, a sua ocorrência em espaços específicos caracteriza territórios da fome e que por isso também são território da pobreza.

A fome também pode ser compreendida pelo viés da territorialidade, conceito definido por Saquet (2009, p. 83) como: "resultado e condição dos processos sociais e espaciais, significa movimento histórico e relacional. Sendo multidimensional, pode ser



detalhada através das desigualdades e das diferenças e, sendo unitária, através das identidades”.

Para discutir a territorialização da fome e da pobreza no município de Congonhinhas - PR, foi adotada justamente a perspectiva integradora do conceito de território e dos demais fenômenos que nele são manifestados por meio dos sujeitos que nele atuam. Embora os conceitos geográficos de espaço e território apareçam frequentemente unidos, ressalta-se que ambos não possuem a mesma definição:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. Lefebvre mostra muito bem como é o mecanismo para passar do espaço ao território: “A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, auto-estradas e rotas aéreas etc”. O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que por consequência revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

Por meio de tal afirmativa, nota-se a relação intrínseca do espaço geográfico com o território, e ambos com o indivíduo que nele se encontra. Então surge o questionamento: por que discutir sobre a territorialização da fome e não a espacialização da fome? Justamente porque a fome é um dos fenômenos que se manifesta na materialização de um território, mais especificamente por meio dos atores sintagmáticos que nele se encontram (RAFFESTIN, 1993).

Até chegar ao recorte espacial desta pesquisa, são observados os territórios de diversas escalas, desde o nível nacional de onde se localiza o estado do Paraná e seus limites político-administrativos, posteriormente onde se encontra a região do Norte Pioneiro do Paraná sendo esta composta por 46 municípios, no qual finalmente chega-se ao município de Congonhinhas – PR, que é o foco das análises deste artigo.

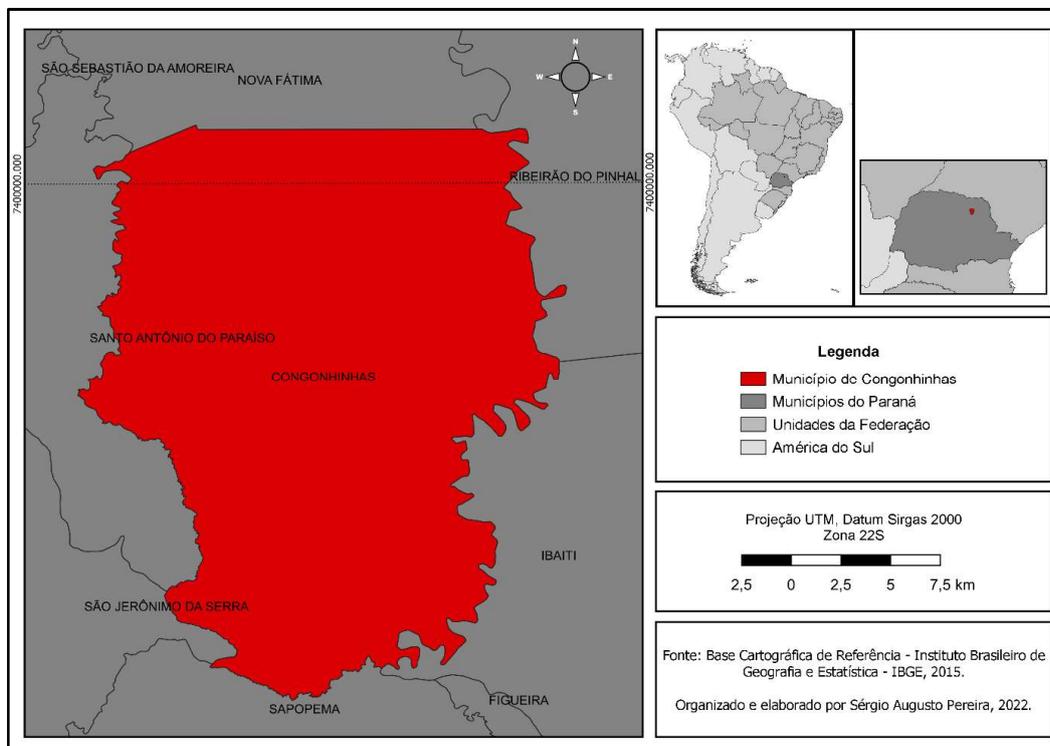
A fome e a pobreza estão materializadas no território do município de Congonhinhas - PR por meio dos sujeitos que as vivenciam, ambas são fenômenos que não necessariamente possuem delimitações geográficas específicas e perceptíveis logo de início, mas constituem uma territorialização abstrata ou simbólica. Sendo assim, na próxima seção, a fome e a pobreza serão analisadas por meio de dados referentes às famílias do município de Congonhinhas - PR que foram beneficiárias do Programa Bolsa Família entre os anos de 2004 a 2020 e também as famílias que estiveram inseridas no Cadastro Único nos anos de 2014, 2015, 2016, 2017, 2020 e 2021.

### **3 A FOME E A POBREZA EM CONGONHINHAS - PR**



Congonhinhas é um dos 46 municípios que compõem a mesorregião do Norte Pioneiro Paranaense, e um dos 399 que fazem parte do estado do Paraná. Sua extensão territorial é de 595,963km<sup>2</sup>, medida atualizada no ano de 2021. No último censo realizado no ano de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), havia no município cerca de 8.279 habitantes e sua população estimada em 2021 foi de 8.896 habitantes. O município faz divisa com os municípios de: Ibaiti, Nova Fátima, Ribeirão do Pinhal, Santo Antônio do Paraíso, Sapopema e São Jerônimo da Serra, todos localizados no estado do Paraná (IPARDES, 2022) (Figura 1).

**Figura 1** - Localização do município de Congonhinhas.



**Fonte:**IBGE, 2015.

A denominação de Congonhinhas foi devido à abundância da planta conhecida por esse nome, existente na localidade. É o diminutivo da erva denominada congonha, que, segundo tradição, era, muito empregada como substituta do mate, principalmente, para o chimarrão dos primitivos habitantes (PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS, 2022).

Conforme o último censo do IBGE de 2010, a população em idade ativa no município de Congonhinhas era de 7.116 pessoas, já a quantidade de pessoas economicamente ativas era de 3.977 e a quantidade de pessoas ocupadas foi de 3.740. As principais atividades econômicas do município estão relacionadas ao setor primário por meio da agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, empregando 1.953 pessoas no



ano de 2010, em seguida observa-se as atividades comerciais, com destaque para a reparação de veículos automotores e motocicletas, com 349 pessoas atuando nessa área (IBGE, 2022).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), do município de Congonhinhas no ano de 2010 era de 0,668 sendo considerado de nível médio. Já o índice de Gini, instrumento utilizado para mensurar a diferença dos rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos, apontava no mesmo ano uma estimativa de 0,50. Ao contrário do IDHM que aumentou 25,09% desde 2000, o índice de Gini se manteve o mesmo de 2000 para 2010, mostrando assim a continuidade da desigualdade de renda (ATLAS BRASIL, 2022).

Milton Santos (2009) em sua obra “Pobreza Urbana” já afirmava que:

A sociedade urbana é dividida entre aqueles que têm acesso às mercadorias e serviços numa base permanente e aqueles que, embora tendo as mesmas necessidades, não estão em situação de satisfazê-las, devido ao acesso esporádico ou insuficiente ao dinheiro. Isso cria diferenças quantitativas e qualitativas de consumo” (p. 45).

É notório que a fome é a última e dolorosa consequência da pobreza e extrema pobreza, pois conforme afirma Sen (2010, p. 120) “A pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas”. Mesmo que a questão alimentar seja conhecida e pregada pelas leis humanas como um direito de todos, sabe-se que esse é o maior conto de fadas inventado pelo sistema capitalista, pois só pode comer aquele que tem o poder de compra, e a privação mais devastadora causada pela extrema pobreza é a do direito à alimentação.

O percentual de pobres no município no ano de 2010 foi de 18,82% da população, sendo o segundo maior dentre os demais municípios que compõem o Norte Pioneiro do Paraná, ficando atrás apenas de São Jerônimo da Serra. O percentual de vulneráveis à pobreza era de 44,04% e a taxa de pessoas extremamente pobres era de 6,61% no mesmo ano. Entretanto, vale destacar que ambos os dados apresentam diminuições significativas, uma vez que no ano de 2000 o percentual de pobres atingia mais da metade do percentual de 2010 e a proporção de vulneráveis à pobreza era de 70,25% da população (ATLAS BRASIL, 2022).

O gráfico 1, apresenta a evolução das proporções de extremamente pobres, pobres e vulneráveis à pobreza inscritas no CadÚnico após o Programa Bolsa Família no município de Congonhinhas - PR, entre os anos de 2004 a 2017. Observa-se que no ano de 2014 a porcentagem de vulneráveis à pobreza no Cadastro Único pós Bolsa Família era de 57,93%, os pobres no Cadastro Único pós Bolsa Família correspondiam a 50,49% e 20,72% representavam os extremamente pobres no Cadastro Único pós Bolsa Família. No ano de 2015 houve um aumento significativo nos níveis de vulneráveis à pobreza com o índice de 86,11%, seguindo de aumento na porcentagem de pobres e extremamente pobres também,



com 63,6% e 26,52% respectivamente. No ano de 2016 as proporções se mantiveram semelhantes à de 2015. Apenas em 2017 que a porcentagem de vulneráveis, pobres e extremamente pobres voltaram a diminuir.

**Gráfico 1** - Evolução das proporções de extremamente pobres, pobres e vulneráveis a pobreza inscritos no CadÚnico após o Programa Bolsa Família no município de Congonhinhas - PR entre os anos de 2014 a 2017.



**Fonte:** Atlas Brasil (2022).

Compreendendo a fome como um problema social territorializado existente há muito tempo e em diversos espaços, entende-se também que a forma de combatê-la deve ser planejada com a devida abrangência, tem-se como exemplo a elaboração políticas públicas. “Políticas públicas são aqui entendidas como o “Estado em ação” é o Estado implantando um projeto de governo, por meio de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade (HÖFLING, 2001 p.31)”.

As Políticas Públicas podem ser de diversos tipos, dentre eles: sociais, distributivas, regulatórias, entre outras. No entanto, como foco para esse estudo destacam-se as de caráter social, definidas por Höfling, (2001, p. 31) como:

[...] ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais.

É por meio de políticas públicas permanentes e de grande alcance que a fome deve ser combatida, uma das políticas sociais mais conhecidas que visou amparar as pessoas que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza foi o Programa Bolsa Família (PBF).



O PBF foi considerado o maior programa de transferência de renda do governo federal, sendo ele responsável por beneficiar milhões de famílias que estiveram em situação de extrema pobreza (com renda mensal de até R\$ 89,00 por pessoa) ou de pobreza (com renda mensal de R\$ 89,01 a R\$ 178,00 por pessoa) entre os anos de 2004 a 2021, quando o programa chegou ao fim (SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2021).

No ano de 2021 nos meses de janeiro até outubro segundo o (MDS) a média de famílias que o PBF beneficiou no município de Congonhinhas - PR era de 533 famílias, houve uma diminuição no número de famílias beneficiárias em um comparativo com o ano de 2020 que foi de 589 famílias, ou seja, 56 famílias a menos, importante destacar que ambos os anos foram afetados pela COVID-19, vírus que afetou o mundo inteiro e resultou em medidas de proteção severas como a quarentena afetando todos os setores da sociedade e principalmente o setor econômico o que empurrou ainda mais as famílias para outro vírus já existente, o vírus da fome.

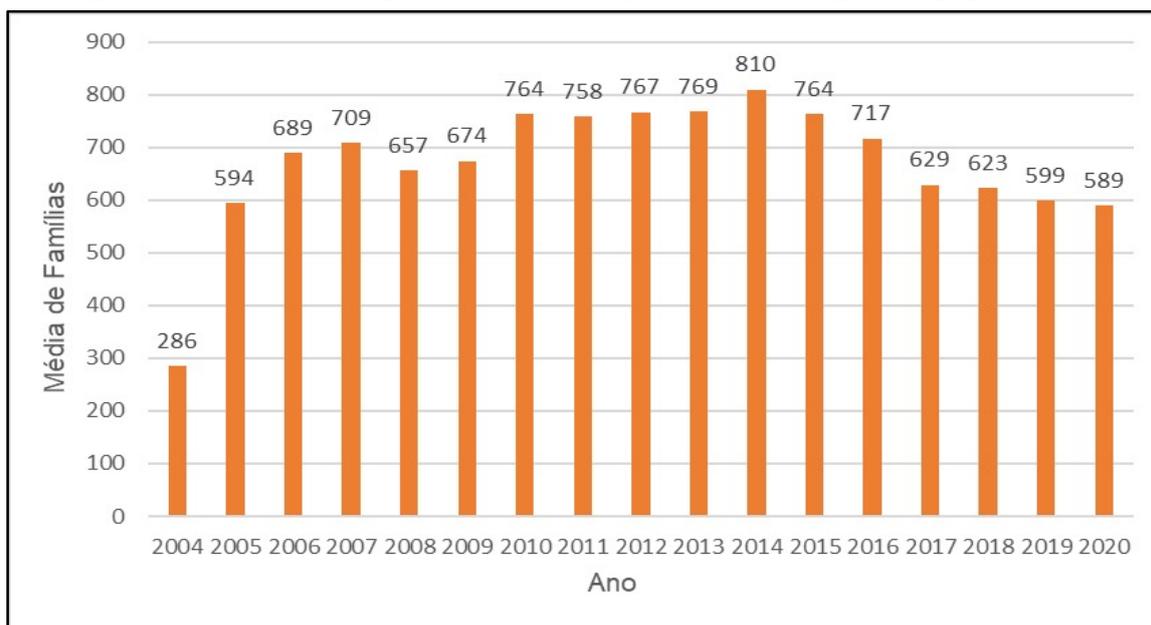
Após 18 anos de implementação o Programa Bolsa Família chegou ao fim no dia 31 de outubro do ano de 2021, tendo como seu sucessor o “Auxílio Brasil”, regulamentado por meio do decreto nº 10.852 de 8 de novembro de 2021, dentre as alterações observadas no novo programa teve-se a modificação da linha de pobreza para renda mensal de R\$ 100,01 a R\$ 200,00 por pessoa, e extrema pobreza para renda mensal de até R\$ 100,00 por pessoa (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2021).

Para realizar a média de famílias beneficiárias do PBF foi elaborada a fórmula a seguir:

$$MRPBF = \frac{\text{Somadetedodosmesesdoano}}{12}$$

A fórmula apresenta a média de famílias que receberam o benefício do PBF nos anos de 2004 a 2020. Para chegar na média de famílias atendidas pelo PBF foi realizado a soma de todos os meses de cada ano e dividido por 12, tendo assim a média de famílias que receberam o PBF por ano.

Como pode ser observado no gráfico 2 os dados variam da maior média de 810 famílias cadastradas no PBF no ano de 2014 para a menor média de 286 famílias cadastradas no mesmo programa no ano de 2004. É importante salientar que no ano de 2004 o número de famílias atendidas pelo PBF teve sua menor média no comparativo com os demais anos devido ser o ano em que foi implementado o programa. Os cinco anos que apresentaram as maiores médias são respectivamente os anos de: 2014 - 810 famílias; 2013 - 769 famílias; 2012 - 767 famílias; 2010 e 2015 possuíam a mesma média de 764 famílias.

**Gráfico 2 - Média de Famílias Beneficiárias do PBF nos anos de 2004 a 2020.**

**Fonte:** MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2022.

Já os anos de: 2004 - 286 famílias; 2020 - 589 famílias; 2005 - 594 famílias; 2019 - 599 famílias; 2018 - 623 famílias; foram os anos que expuseram as menores médias. É relevante evidenciar que a partir do ano de 2014 a média de famílias beneficiárias pelo PBF teve diminuições significativas na média dos anos seguintes, ou seja, mesmo o ano de 2014 tendo alcançado o auge do benefício recebido os anos posteriores não mantiveram o aumento, mas sim a diminuição no número de famílias atendidas.

Para o recebimento do benefício as famílias precisam atender algumas exigências, sendo uma delas estarem inseridas no Cadastro Único (CU), que é caracterizado como uma ferramenta que busca identificar e selecionar as famílias de baixa renda e inseri-las em programas sociais, como por exemplo, o PBF. As famílias cuja o Cadastro Único tem maior objetivo em atender são aquelas que possuem renda per capita de meio salário mínimo e o cadastro deve ser renovado a cada dois anos (SECRETARIA NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA - SENARC, 2013).

A tabela 1 apresenta os dados de que se tem registro quanto aos benefícios do Cadastro Único durante os anos de 2014, 2015, 2016, 2017, 2020, e o mais atual referente ao ano de 2022. Os anos de 2018 e 2019 não foram apresentados devido à ausência de dados nos sites governamentais utilizados.

**Tabela 1 - Cadastro Único, 2014 - 2015 - 2016 - 2017 - 2020 - 2022**

Ano	Último mês registrado	Famílias Cadastradas	Pessoas Atendidas pelo PBF.
-----	-----------------------	----------------------	-----------------------------



2014	Dezembro	2.128	7.022
2015	Dezembro	1.855	6.121
2016	Dezembro	1.786	5.893
2017	Setembro	1.648	5.438
2020	Setembro	1.825	6.022
2022	Janeiro	1.926	6.355

**Fonte:** MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2022.

Para analisar os dados expressos na tabela 1, faz-se uso da seguinte fórmula:

$$\% \text{ Pessoas cadastradas no CU} = \frac{NF \times 3,3}{PE} \times 100.$$

Em que, CU - é Cadastro Único; 3,3 - Segundo IBGE é a quantidade pessoas que compõem as famílias brasileiras segundo o IBGE; NF - é o número de Famílias cadastradas; PE - é População estimada. A fórmula permite contabilizar a estimativa de pessoas beneficiárias do Cadastro Único por meio do número de famílias que receberam o benefício.

Observa-se no comparativo que a maior média foi registrada no ano de 2014 com o aproximadamente 84% da população atendida pelo Cadastro Único. Já nos anos seguintes observou-se uma diminuição contínua com 73% da população em 2015, em 2016 a estimativa foi de 71% teve a diminuição de dois por cento no número de pessoas atendidas comparando com o ano anterior. Em 2017 a porcentagem da população atendida foi de 65%, ou seja, houve a diminuição de 6 por cento de pessoas atendidas comparadas ao ano de 2016. Em 2020 as médias voltaram a subir, com 72% de pessoas e em 2022 teve-se o atendimento de 76% da população.

É importante destacar que no ano de 2014 tinha-se 2.128 famílias do município que estavam inseridas no Cadastro Único e somente 810 famílias foram beneficiadas pelo Programa Bolsa Família no mesmo ano (Gráfico 2 e Tabela 1). Ou seja, o benefício não alcançou nem metade das famílias cadastradas, tornando a situação do município ainda mais alarmante em relação ao aumento da fome, pois mais da metade das famílias não receberam benefícios e por sua vez foram empurradas para o abismo da fome.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**



O município estudado apresenta um nível preocupante de famílias que estão na pobreza, ou seja, que viviam nos últimos anos com renda mensal de R\$ 89,01 a R\$ 178,00 por pessoa, atualmente a situação é ainda mais alarmante, tendo em vista o atual momento que o mundo se encontra. A COVID-19 expôs ainda mais as mazelas presentes na sociedade, o mínimo do valor para uma pessoa ser considerada extremamente pobre equivale a R\$ 89,01 por pessoa segundo a Secretaria Especial do Desenvolvimento Social (2021), esse valor não é capaz de comprar um botijão de gás em algumas localidades do país, visto que em alguns lugares o valor do gás passa de R\$ 100,00 (CNN,2021).

O poder de compra nunca foi tão desvalorizado, pois o mesmo se concentra nas mãos daqueles que têm condições de comprar o mínimo como por exemplo, o arroz e o feijão. No ano de 2010, uma década antes da Pandemia de COVID-19 o percentual de vulneráveis à pobreza era de 44,04% e a taxa de pessoas extremamente pobres era de 6,61% no mesmo ano, devido à ausência do censo demográfico no de 2020 não se tem dados atualizados sobre tais índices, mas dentro do contexto atual, analisando os dados do PBF e do Cadastro Único observa-se que ainda há existência da pobreza em Congonhinhas - PR.

Em virtude das análises apresentadas, nota-se o quanto as políticas públicas de cunhos sociais são de extrema importância para que as pessoas em situação de vulnerabilidade tenham acesso à renda, que por sua vez auxilia no combate à pobreza evitando sua consequência mais dolorosa, a fome. No entanto, ocorrem circunstâncias como evidenciadas ao longo da pesquisa em que existem famílias de baixa renda inseridas no Cadastro Único mas que não recebem o benefício do Bolsa Família, fato este que representa um dos desafios contemporâneos, ou seja, a dificuldade de atender a todos.

No entanto, é preciso ter atenção para não atribuir essa baixa cobertura dos programas sociais aos fatores errados, como é o caso quando se justifica que a baixa cobertura está relacionada ao nível de desenvolvimento do país. Draibe (2007, p. 40) aponta “[...] a importância de requisitos internos, dos fatores políticos e dos mecanismos internacionais de difusão e ‘antecipação’ de tal emergência”, visando manter o equilíbrio do Estado de bem-estar social diante de uma possível emergência, focando na prevenção.

Ademais, quando se discute sobre a manifestação da fome e da pobreza pela perspectiva territorial não se pode deixar de lado a visão integradora de tais conceitos, ou seja, é fundamental investigá-los pelos múltiplos aspectos aos quais eles estão atrelados, como a questão econômica, cultural, política, entre outras. É evidente que nenhum problema



social é solucionado do dia para noite, tampouco com políticas sociais de curta duração ou que sejam descontinuadas com a troca de gestões governamentais.

Nesse sentido, faz-se necessária a gestão de políticas públicas sociais que visem a continuidade, como foi o exemplo do Programa Bolsa Família, com seus 18 anos de duração, no décimo ano de sua implementação o Brasil conseguiu sair do chamado “Mapa da Fome da ONU”, um marco para história das políticas públicas de objetivo social, em especial as de combate à fome e à pobreza no país, demonstrando mais uma vez a importância do planejamento a curto e longo prazo.

## 5 AGRADECIMENTOS

A presente pesquisa foi realizada com apoio do CNPq e da Fundação Araucária com a concessão de uma Bolsa - PIBIC e uma Bolsa – PIBIS, respectivamente. Nossos agradecimentos pelo apoio.

## 6 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O Que é a Fome**. 5º ed. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1986.

ADAS, Melhem. **A fome: crise ou escândalo?**. São Paulo: Moderna, 1988.

ATLAS BRASIL. **Congonhinhas - PR**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/410600#sec-renda>>. Acesso em: 23 de fev. 2022.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome: dilema brasileiro: pão e aço**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CAPARRÓS, Martín. **A Fome**. Tradução de Luís Carlos Cabral. 1º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

**CNN**. Entenda o aumento do preço do gás, que já passa de R\$ 100,00 em alguns locais. 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/entenda-o-aumento-do-preco-do-gas-que-ja-passa-de-r-100-em-alguns-locais/>>. Acesso em: 28 de mar.2022.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. DECRETO Nº 10.852, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.852-de-8-de-novembro-de-2021-357706502>>. Acesso em: 10 de mar. 2021.

DRAIBE, Sonia Miriam .Estado de Bem-Estar, Desenvolvimento Econômico e Cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. In: Gilberto Hochman; Marta Arretche; Eduardo Marques.(Org.). **Políticas Públicas no Brasil**. 1º ed. Rio de Janeiro: EDITORA FIOCRUZ,



2007, v. , p. 27-64.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. ESTADO E POLÍTICAS (PÚBLICAS) SOCIAIS. Cadernos Cedes, ano XXI, no 55, novembro/2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-32622001000300003>>. Acesso em: 23 de mar. 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 23 de fev. 2022.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Caderno Estatístico Município de Congonhinhas**. Março de 2022. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=86320&btOk=ok>>. Acesso em: 02 de mar. 2022.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Painel de Monitoramento**: Cadastro Único e Programa Bolsa Família. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/index.html>>. Acesso em: 25 de mar. 2022.

OXFORD LANGUAGES. Disponível em: <<https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>>. Acesso em: 21 de fev. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS. Disponível em: <<http://congonhinhas.pr.gov.br/index.php?sessao=b054603368ncb0&id=1663>>. Acesso em: 02 de mar. 2022.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática S. A., 1993. Disponível em: <[http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/CLAUDE%20REFFESTIN/RAFFESTIN,%20Claude%20-%20Por%20uma%20Geografia%20do%20Poder\(3\).pdf](http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/CLAUDE%20REFFESTIN/RAFFESTIN,%20Claude%20-%20Por%20uma%20Geografia%20do%20Poder(3).pdf)>. Acesso em: 23 de fev. 2022.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. 3º ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 32º ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

SAQUET, Marcos Aurelio. TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES: TEORIAS, PROCESSOS E CONFLITOS. 1ª. ed. Org: SPOSITO, Eliseu Savério. SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma abordagem territorial**. p. 73 - 94. São Paulo : Expressão Popular, 2008. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/TIPOLOGIA%20DE%20TERRITORIOS/LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf>>. Acesso em: 23 de mar. 2022.

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Bolsa Família**: Perguntas Frequentes. Disponível em: <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/bolsa-familia/beneficios/beneficio>. Acesso em: 23 de fev. 2022.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das



Letras, 2010.

SECRETARIA NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA – SENARC. **Conceitos do Cadastro Único**: Principais distorções dos conceitos do Cadastro Único para possibilitar a inclusão de famílias em outros programas sociais, 2013. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa\\_familia/Informes/informe362.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Informes/informe362.pdf). Acesso em: 23 de fev. 2022.

SILVA, José Graziano. Segurança alimentar: uma agenda republicana. São Paulo: **Revista de Nutrição**. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/DzmZ3VGhSSLXdG4358rwkfH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 de fev. 2022.

ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa**: geopolítica da fome. São Paulo: Cortez, 2013.